

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
São João/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	60.204	54.494
Carteira de Crédito *	398.624	486.907
Depósitos	422.349	598.007
Patrimônio Líquido	188.743	201.376
Capital	61.054	65.126
Resultado Antes das Destinações	17.603	32.535
Rentabilidade do PL	9,33%	16,16%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		739.039	688.318	CIRCULANTE		299.826	291.620
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	12.659	13.304	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	157.405	142.912
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		370.483	352.704	Depósitos à Vista		127.300	121.218
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	2	Depósitos a Prazo		30.105	21.694
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		1.451	461	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		96.454	102.607
Correspondentes no país		636	535	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	27
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	368.396	351.706	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	96.454	102.580
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	319.402	293.495	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.527	1.090
Operações de Crédito		336.772	315.908	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.527	1.090
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(17.370)	(22.413)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4	7.514
OUTROS CRÉDITOS		33.642	26.009	Empréstimos País - Outras Instituições		4	7.514
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 06)	247	308	OUTRAS OBRIGAÇÕES		44.436	37.497
Rendas a Receber		1.955	1.801	Cobrança e Arrecadação de Tributos		197	205
Diversos	(NOTA 06 e 07)	32.174	24.655	Sociais e Estatutárias		8.006	6.884
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(734)	(755)	Fiscais e Previdenciárias		1.615	968
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	2.853	2.806	Diversas	(NOTA 14)	34.618	29.440
Outros Valores e Bens		2.837	2.813				
(Provisão para desvalorização)		(16)	(48)				
Despesas Antecipadas		32	41				
NÃO CIRCULANTE		226.916	145.828	NÃO CIRCULANTE		464.753	366.788
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		226.916	145.828	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		464.753	366.788
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	18.704	2.853	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	440.602	365.383
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		18.704	2.853	Depósitos Interfinanceiros		11.505	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	167.505	105.890	Depósitos a Prazo		429.097	365.383
Operações de Crédito		180.371	117.024	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	17.276	1.405
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(12.866)	(11.134)	Repasse Interfinanceiros		17.276	1.405
OUTROS CRÉDITOS		983	576	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	6.875	-
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 06)	6	-	Empréstimos País - Outras Instituições		6.875	-
Diversos	(NOTA 06 e 07)	1.006	735	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		201.376	175.738
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)	(29)	(159)	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	65.126	60.325
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	21.777	17.615	De Domiciliados no País		65.396	60.441
Outros Investimentos		21.777	17.615	(Capital a Realizar)		(270)	(116)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	12.363	12.612	RESERVAS DE SOBRAS		128.149	108.525
Imóveis de Uso		5.530	5.530	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		8.101	6.888
Outras Imobilizações de Uso		15.589	14.283				
(Depreciação acumulada)		(8.756)	(7.201)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	5.584	6.282				
Outros Ativos Intangíveis		12.433	11.714				
(Amortização acumulada)		(6.849)	(5.432)				
TOTAL DO ATIVO		965.955	834.146	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		965.955	834.146

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	49.137	-	49.137	95.184	5	95.189	94.892	-	94.892
Operações de Crédito	48.940	-	48.940	94.853	5	94.858	94.699	-	94.699
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	138	-	138	229	-	229	148	-	148
Resultado das Aplicações Compulsórias	59	-	59	102	-	102	45	-	45
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.744)	(50)	(23.794)	(42.511)	(93)	(42.604)	(47.836)	(69)	(47.905)
Operações de Captação no Mercado	(11.005)	(49)	(11.054)	(21.805)	(92)	(21.897)	(16.978)	(69)	(17.047)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.471)	(1)	(2.472)	(4.957)	(1)	(4.958)	(5.394)	-	(5.394)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.268)	-	(10.268)	(15.749)	-	(15.749)	(25.464)	-	(25.464)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.393	(50)	25.343	52.673	(88)	52.585	47.056	(69)	46.987
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(13.481)	4.340	(9.141)	(23.747)	7.850	(15.897)	(24.030)	7.147	(16.883)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.827	9.264	14.091	10.039	17.754	27.793	9.481	15.268	24.749
Rendas de Tarifas Bancárias	4.396	-	4.396	8.193	-	8.193	6.545	-	6.545
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.916)	(1.834)	(15.750)	(26.742)	(3.607)	(30.349)	(23.314)	(2.898)	(26.212)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(12.701)	(2.017)	(14.718)	(24.508)	(3.841)	(28.349)	(22.064)	(3.686)	(25.750)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(21)	(460)	(481)	(89)	(893)	(982)	(97)	(775)	(872)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	13.840	275	14.115	27.665	59	27.724	22.159	645	22.804
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(9.906)	(888)	(10.794)	(18.305)	(1.622)	(19.927)	(16.740)	(1.407)	(18.147)
RESULTADO OPERACIONAL	11.912	4.290	16.202	28.926	7.762	36.688	23.026	7.078	30.104
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.111	235	2.346	1.946	350	2.296	820	506	1.326
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.023	4.525	18.548	30.872	8.112	38.984	23.846	7.584	31.430
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(338)	(338)	-	(1.689)	(1.689)	-	(354)	(354)
Provisão para Imposto de Renda	-	(194)	(194)	-	(1.044)	(1.044)	-	(188)	(188)
Provisão para Contribuição Social	-	(144)	(144)	-	(645)	(645)	-	(166)	(166)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.611)	-	(2.611)	(4.760)	-	(4.760)	(3.860)	-	(3.860)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.412	4.187	15.599	26.112	6.423	32.535	19.986	7.230	27.216
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.423	(6.423)	-	7.230	(7.230)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.412	4.187	15.599	32.535	-	32.535	27.216	-	27.216
DESTINAÇÕES	-	-	-	(24.434)	-	(24.434)	(20.328)	-	(20.328)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.460)	-	(3.460)	(3.420)	-	(3.420)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.350)	-	(1.350)	(1.148)	-	(1.148)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(17.553)	-	(17.553)	(14.926)	-	(14.926)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(2.071)	-	(2.071)	(834)	-	(834)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	8.101	-	8.101	6.888	-	6.888

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP

CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	57.306	92.765	7.999	158.070
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(7.856)	(7.856)
Outras destinações	-	-	(143)	(143)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.276	-	-	2.276
Baixas de capital	(2.633)	-	-	(2.633)
Resultado do período	-	-	27.216	27.216
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.148)	(1.148)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.926	(14.926)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.376	-	(3.420)	(44)
Reserva Legal - Doação SFG	-	834	(834)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	60.325	108.525	6.888	175.738
Mutações do Período	3.019	15.760	(1.111)	17.668
Saldos no início do período em 01/01/2019	60.325	108.525	6.888	175.738
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.772)	(6.772)
Outras destinações	-	-	(116)	(116)
Capital de associados				
Aumento de capital	3.960	-	-	3.960
Baixas de capital	(2.568)	-	-	(2.568)
Resultado do período	-	-	32.535	32.535
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.350)	(1.350)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.553	(17.553)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.409	-	(3.460)	(51)
Reserva Legal - Doação SFG	-	2.071	(2.071)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	65.126	128.149	8.101	201.376
Mutações do Período	4.801	19.624	1.213	25.638
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não Auditado)	61.175	108.525	16.936	186.636
Capital de associados				
Aumento de capital	1.808	-	-	1.808
Baixas de capital	(1.266)	-	-	(1.266)
Resultado do período	-	-	15.599	15.599
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.350)	(1.350)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.553	(17.553)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.409	-	(3.460)	(51)
Reserva Legal - Doação SFG	-	2.071	(2.071)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	65.126	128.149	8.101	201.376
Mutações do Período	3.951	19.624	(8.835)	14.740

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	21.781	31.698	41.254
Resultado do semestre/exercício	15.599	32.535	27.216
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.182	(837)	14.038
(Reversão) Provisão para operações de crédito	5.868	(3.311)	11.884
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(7)	(32)	38
(Reversão) para desvalorização de outros créditos	(277)	(151)	(21)
Depreciação do imobilizado de uso	1.145	2.255	1.920
Amortização do intangível	739	1.417	1.253
Baixas do ativo permanente	115	281	186
(Reversão) para passivos contingentes	(5)	(16)	(90)
Destinações ao FATES	(1.350)	(1.350)	(1.148)
Dividendos SicrediPar	(46)	70	16
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	52.527	(2.938)	133.703
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(15.260)	(15.850)	(648)
Redução em relações interfinanceiras ativas	5.068	2	20
(Aumento) em créditos vinculados	(1.029)	(990)	(345)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	17	(101)	(198)
(Aumento) em operações de crédito	(91.673)	(84.211)	(26.825)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	24.712	9.717	(2.501)
(Aumento) em outros créditos	(5.778)	(7.960)	(4.119)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(576)	(14)	132
Aumento em depósitos	123.002	89.712	161.225
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	270	436	(273)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	6.879	(634)	1.100
Absorção de dispêndios pelo FATES	(836)	(1.405)	(743)
Aumento em outras obrigações	7.731	8.360	6.878
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	74.308	28.760	174.957
Aquisição de Investimentos	(4.163)	(4.162)	(1.158)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.137)	(2.287)	(4.306)
Aplicações no Intangível	(230)	(719)	(2.625)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.530)	(7.168)	(8.089)
Integralização de capital	1.808	3.960	2.276
Baixa de capital	(1.266)	(2.568)	(2.633)
Juros ao capital próprio	(51)	(51)	(44)
Distribuição de Sobras	-	(6.888)	(7.999)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	491	(5.547)	(8.400)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	69.269	16.045	158.468
Caixa e equivalente de caixa no início do período	311.786	365.010	206.542
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	381.055	381.055	365.010

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/04/1992 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de Janeiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	12.659	13.304
Caixa	12.659	13.304
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	368.396	351.706
Total	381.055	365.010

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.704	2.853
DI entre Banco e Cooperativas (i)	18.704	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.853
Total não circulante	18.704	2.853

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	218.527	140.627	359.154	304.926
Financiamentos	23.044	28.305	51.349	28.197
Financiamentos rurais e agroindustriais	95.201	11.439	106.640	99.809
Carteira total	336.772	180.371	517.143	432.932

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	247	6	253	308
Devedores por compra de valores e bens	892	1.003	1.895	1.297
Títulos e créditos a receber (i)	26.957	3	26.960	21.171
Total	28.096	1.012	29.108	22.776

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	59	3	-	-
Nível A	0,50	180.264	136.555	901	683
Nível B	1,00	202.574	165.865	2.026	1.659
Nível C	3,00	106.408	92.020	3.192	2.760
Nível D	10,00	23.906	24.864	2.391	2.486
Nível E	30,00	9.501	10.182	2.850	3.055
Nível F	50,00	5.706	2.965	2.853	1.483
Nível G	70,00	3.490	3.062	2.443	2.143
Nível H	100,00	14.343	20.192	14.343	20.192
Total		546.251	455.708	30.999	34.461

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.577	41.754	64.672	69.481	179.484	132.700
Rural	366	14.580	80.255	11.439	106.640	99.809
Industrial	1.055	9.050	12.776	15.359	38.240	48.967
Comércio	2.234	28.918	46.606	45.389	123.147	116.358
Outros Serviços	1.564	20.504	36.957	39.715	98.740	57.874
Total	8.796	114.806	241.266	181.383	546.251	455.708

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	50.598	9,26	55.942	12,28
50 devedores seguintes	88.305	16,17	77.766	17,06
100 devedores seguintes	72.950	13,35	55.918	12,27
Demais	334.398	61,22	266.082	58,39
Total	546.251	100	455.708	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	34.461	22.598
Constituição de provisão	15.749	25.464
Movimentação de baixados para prejuízo	(19.211)	(13.601)
Saldo final	30.999	34.461

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 8.379 (2018 - R\$ 6.201), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 26.383 (2018 - R\$ 13.791).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	515	553
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	878	578
Devedores por compra de valores e bens	892	566
Devedores por depósitos em garantia	138	42
Impostos e contribuições a compensar	44	379
Títulos e créditos a receber (ii)	26.957	21.167
Cotas de consórcio	599	338
Operações com cartões	455	525
Pendências a regularizar	1.337	80
Outros	359	427
Total Circulante	32.174	24.655
Devedores por compra de valores e bens	1.003	731
Títulos e créditos a receber	3	4
Total não circulante	1.006	735

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	2.837	2.813
Imóveis	2.604	2.650
Veículos e afins	233	163
Despesas antecipadas	32	41
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(16)	(48)
Total Circulante	2.853	2.806

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 16 (2018 - R\$ 48) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	14.505	10.343
Sicredi Participações S.A.	7.271	7.271
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	21.777	17.615

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.365.506 ON	2.365.506 ON	1	1	14.504.813	10.342.411
	4.905.494 PN	4.905.494 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,69%	0,83%	0,62%	0,62%	4,57%	4,55%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	7.271	7.271	1	1	14.505	10.343

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	21.119	(8.756)	12.363	12.612
Terrenos	-	931	-	931	931
Edificações	4%	4.599	(2.038)	2.561	2.967
Instalações	10%	607	(293)	314	338
Móveis e equipamentos de uso	10%	7.161	(2.366)	4.795	4.632
Sistema de comunicação	10%	242	(86)	156	125
Sistema de processamento de dados	20%	6.490	(3.385)	3.105	3.179
Sistema de segurança	10%	424	(108)	316	226
Sistema de transporte	20%	665	(480)	185	214
Intangível (i)		12.433	(6.849)	5.584	6.282
Investimentos Confederação		12.433	(6.849)	5.584	6.282
Total		33.552	(15.605)	17.947	18.894

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	127.300	-	-	127.300	121.218
Depósitos Interfinanceiros	-	-	11.505	11.505	-
Depósitos a prazo	10.091	20.014	429.097	459.202	387.077
Total	137.391	20.014	440.602	598.007	508.295

(i) Refere-se a operações entre a Cooperativas e Banco, Central e demais Cooperativas.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	96.454	102.580
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	96.454	102.580
Total circulante	96.454	102.580
Recursos do Crédito Rural	17.276	1.405
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	17.276	1.405
Total não circulante	17.276	1.405

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 24/06/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	4	7.514
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	7.514
Outras instituições	4	-
Total circulante	4	7.514
Empréstimos no País - outras instituições	6.875	-
Outras instituições	6.875	-
Total não circulante	6.875	-

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Obrigações por convênios oficiais	15	12
Provisão para pagamentos a efetuar	3.431	3.271
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	18	34
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.894	2.929
Pendências a regularizar	96	46
Operações com cartões	25.718	20.973
Demais fornecedores	615	648
Credores diversos	1.831	1.527
Total circulante	34.618	29.440

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	34	5	(21)	18
Total	34	5	(21)	18

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	18	34
Total		18	34

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 130; R\$ 550 (2018 - R\$ 130, R\$ 502), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	65.126	60.325
Total de associados	54.494	50.152

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.801 (2018 – R\$ 3.019), sendo R\$ 3.409 (2018 – R\$ 3.376) via integralização de resultados e R\$ 3.960 (2018 – R\$ 2.276), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.568 (2018 – R\$ 2.633).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,7% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.460, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 2.072 (R\$ 834 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	34.224	27.570
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(13.690)	(11.579)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	56	31
Provisão resgate de milhas cartão	66	(62)
Brindes e Doações	(57)	(26)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(39)	122
Receita com atos cooperativos	10.445	8.394
Juros sobre capital próprio	1.384	1.436
Prejuízo fiscal	103	500
Lucros e dividendos	18	49
Outros	25	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	758
Subtotal	12.001	11.226
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.689)	(354)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	18.704	2.853
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	368.396	351.706
Outros Créditos - Rendas a receber	1.439	1.513
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.191	920
Investimentos (Nota 09)	21.777	17.615
Intangível (Nota 10)	5.584	6.282
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	11.505	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	113.730	103.985
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.879	7.514
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	25.754	20.521
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	229	148
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	9.637	8.031
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	20.546	15.974
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	2.072	834
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	333	-
Operações de Empréstimos e Repasses	4.958	5.394
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	3.163	2.710
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	9.610	8.907

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	124	0,10%	72
Depósitos a prazo	3.883	0,85%	1.496
Operações de crédito	2.152	0,42%	1.543

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.767	3.096

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	891	750
Despesa de aluguéis	3.029	2.782
Despesa de comunicação	1.382	1.496
Despesa de manutenção e conservação	1.558	1.450
Despesa de material	1.142	1.246
Despesa processamento dados	812	697
Despesa de promoções e relações públicas	3.783	2.619
Despesa de propaganda e publicidade	562	426
Despesa de seguro	484	481
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.040	2.137
Despesa de serviços de terceiros	937	515
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.813	1.747
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.644	1.492
Despesa de serviços de transportes	1.391	1.329
Despesa de viagem	91	150
Despesa de depreciação e amortização	2.255	1.920
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.417	1.254
Outras despesas administrativas	3.118	3.259
Total	28.349	25.750

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	2.420	3.176
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	20.056	15.384
Reversão de provisões operacionais	3.673	2.882
Outras rendas operacionais	1.575	1.362
Total	27.724	22.804

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.671	2.039
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.142	919
Contribuição Confederação Sicredi	7.548	7.188
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.126	1.040
Encargos da administração financeira	106	102
Repasse administradora de Cartões	343	375
Outras provisões operacionais	2.741	2.963
Despesas com cartões	1.768	1.377
Outras despesas operacionais	2.275	1.947
Total	19.927	18.147

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	192.056	167.025
Total	192.056	167.025

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	195.792	169.457
Nível I (NI)	195.792	169.457
Capital principal - CP	195.792	169.457
Capital social	65.126	60.325
Reservas de capital	128.149	108.525
Lucros acumulados	8.101	6.888
Ajustes Prudenciais	(5.584)	(6.282)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	780.103	685.278
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.027	1.120
Margem de Capital (i)	112.855	96.383
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,10%	24,73%
Situação de Imobilização (Imob)	12.364	12.613
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,31%	7,44%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Lotário Luiz Dierings
Presidente
CPF: 195.013.820-87

Eleuterio Benin
Diretor Executivo
CPF: 337.724.369-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

São João / PR, 20 de fevereiro de 2020.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Jair Antonio Colla
Conselheiro

Paulo Roberto Erzen
Conselheiro

Volmir Lodi
Conselheiro